

UFMG abre Conselho à comunidade

Lúcia Helena Gazolla

Belo Horizonte — A Universidade Federal de Minas Gerais confirmará em novembro sua reputação de centro acadêmico dos mais democráticos e avançados do país. Em procedimento inédito para uma grande universidade pública, a UFMG elegerá, entre candidatos indicados por inúmeras entidades comunitárias, representantes das áreas cultural e sindical-operária de Minas para integrar seu Conselho Universitário.

Com o jornalista Didimo Paiva e o empresário Hiram Correa, as áreas empresarial e profissional do estado já estão representadas no Conselho Universitário da UFMG. No entanto, a tradição das universidades brasileiras é que representantes apenas do corpo acadêmico integrem o conselho universitário. Esta é a instância máxima de toda universidade, responsável pela formulação da política geral da instituição nos planos acadêmico, administrativo, financeiro e disciplinar, e não é sem resistência que professores graduados abrem mão desse poder.

Na UFMG, os representantes da comunidade vão conviver com 54 colegas acadêmicos: o reitor, o vice-reitor, 40 professores, quatro funcionários administrativos e oito estudantes. "A representação comunitária ainda é pequena, mas mostra tendência a se ampliar progressivamente e é mais um passo no relacionamento entre universidade e comunidade que é, em última instância, a beneficiária da produção acadêmica", analisa o reitor Cid Veloso, eleito, há seis meses, por maioria de votos dos professores, alunos e funcionários da UFMG.

Para Horácio Macedo, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, "a representação da comunidade no Conselho Universitário é muito importante porque permite trazer para dentro da universidade a opinião de setores externos a ela, o que propicia uma visão mais universal dos problemas acadêmicos". Mas na UFRJ, mesmo sob a gestão progressista de Macedo, a participação no Conselho é restrita a professores, estudantes e funcionários, além do reitor.

Peixes fora d'água

A idéia de abrir o Conselho Universitário à comunidade é boa, mas complicada na prática. A julgar pela experiência do jornalista e do empresário que já fazem parte do Conselho da UFMG, o operário e o representante da área cultural que forem eleitos em novembro vão enfrentar dificuldades para se ajustar ao mundo acadêmico. "Nós temos espaço para opinar, mas não há como modificar o sistema presidencialista em que funciona o Conselho, nem o modelo da universidade, sabidamente elitista", critica Didimo Paiva, 56 anos, que só concluiu o curso primário, mas é jornalista profissional há 31 anos, atualmente editando a seção internacional de **O Estado de Minas**.

Na verdade, para muita gente era até previsível o descompasso nos discursos de acadêmicos e não-acadêmicos. "Imagino que os representantes comunitários estejam se sentindo peixes fora d'água no Conselho da UFMG", afirma Horácio Macedo. "A universidade tem tradição de um discurso muito formal, diferente da discussão objetiva que se trava num sindicato. Outro dia, no Conselho da UFRJ, perdeu-se duas horas discutindo a inclusão do objetivo possível num texto".

A experiência do representante da área empresarial no Conselho da UFMG, Hiram Correa, 55 anos, presidente da Associação Comercial de Minas, é o melhor exemplo desse descompasso. Ele mesmo se considera um conselheiro "omisso e relapso" porque, tendo de viajar constantemente, deixa de participar de muitas reuniões. Mas diz que muitas vezes não sente "espaço" para expres-

sar suas opiniões, especialmente quando contrariam a dos demais integrantes do Conselho.

"Acho que se perde muito tempo nas reuniões, em longas falas sobre o regime autoritário que passou, quando seria mais produtivo gastar o tempo decidindo o futuro", lamenta-se Hiram, que se formou em Direito pela UFMG. Ele admite que a observação é "de leigo e empresário", mas não tem dúvidas de que falta objetividade ao Conselho.

Pálida idéia

Didimo Paiva, porém, acha que a participação de representantes da comunidade no Conselho é um "avanço político", assim como o empresário Hiram Correa acha "relevante que a sociedade possa colaborar na fixação dos rumos da universidade". Mas outro problema dificulta o bom funcionamento do Conselho. Os representantes comunitários têm apenas uma pálida idéia de suas atribuições e do que fazer ao chegar lá.

Uma das sete postulantes a representar a área cultural, Rosanna Maria Alkimin Rabelo, 32 anos, é diretora do balé Rosanna Maria, que a indicou para concorrer à vaga, e diz que ainda não pensou numa proposta para levar ao Conselho Universitário. "Teria de ver primeiro como funciona para, depois, saber o que fazer lá, mas penso em sugerir que se crie a oportunidade para que professores e estudantes universitários se dediquem à dança e à educação física sem obrigatoriedade, mas por prazer", diz ela.

Outro concorrente à vaga cultural, o professor aposentado Moacyr Laterza, que foi indicado pela União dos Artistas Plásticos, acha "extremamente oportuna e necessária" a participação da comunidade no Conselho. Laterza, que atualmente é professor-visitante da Universidade Federal de Ouro Preto, diz que pretende, se eleito, "utilizar sua experiência universitária para a inserção da universidade no meio social". Não explica, no entanto, como pretende fazê-lo.

Entre os 15 candidatos à vaga de representante da área sindical, a objetividade é maior, mas não muito. "Pretendo levar ao Conselho a proposta de que a formação dos profissionais na universidade nunca se faça desvinculada da realidade do país", diz José Zanetti Gonçalves, 42 anos, segundo grau completo, indicado pelo Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, o mecânico industrial José Onofre de Souza, 37 anos, com primeiro grau completo, é capaz de detalhar melhor seus projetos. Ele pretende "discutir com o operariado no geral" o que levar ao Conselho Universitário, se for eleito, pois acha que "só vale a pena tomar assento se for para levar a opinião de todos os trabalhadores". "Pessoalmente, gostaria que os projetos da universidade tivessem maior alcance social, que professores e estudantes desenvolvessem mudanças tecnológicas que beneficiassem os empregados das indústrias e empresas brasileiras, além de programas de educação e saúde para os trabalhadores", afirma.

O reitor da UFMG, Cid Veloso, admite que é "difícil coordenar o Conselho". Mas acha que "a polêmica gerada pelo pluralismo de opiniões sempre enriquece e é desejável nas democracias". Veloso lembra que a UFMG tem tradição de democracia e é conhecida no meio acadêmico como uma das universidades brasileiras que melhor resistiu aos anos de ditadura. Por isso, acredita que a abertura do Conselho à comunidade com o tempo encontrará seus canais mais apropriados. "Não inventei a democratização da universidade. Os reitores anteriores a mim já vinham ampliando a participação da comunidade nas decisões. Estou apenas acelerando o processo, até porque o momento histórico que atravessamos agora é favorável e facilita a tarefa".